



## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA VISTA COMO UMA POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO PENSAMENTO DE THEODOR ADORNO

Online Education seen as a possibility of democratization of education: a critical analysis in the light  
of the thought of Theodor Adorno

- **Wanderson Gomes de Souza** (UNIS – [wanderson@unis.edu.br](mailto:wanderson@unis.edu.br))
- **Simone de Paula Teodoro Moreira** (UNIS – [simone@unis.edu.br](mailto:simone@unis.edu.br))
- **Alessandra Aparecida de Paula Souza** (UNIS – [alessandrasouza@unis.edu.br](mailto:alessandrasouza@unis.edu.br))
  - **Celso Augusto do Santos Gomes** (UNIS - [celso.gomes@unis.edu.br](mailto:celso.gomes@unis.edu.br))
  - **Alessandro Ferreira Alves** (UNIS – [alemengo2003@yahoo.com.br](mailto:alemengo2003@yahoo.com.br))

### **Resumo:**

No Brasil, entre os grandes desafios da sociedade atual, está o de democratizar a educação, especialmente no que tange ao ensino superior, de uma forma mais justa e igualitária. Num cenário de constante mudança e com avanços tecnológicos de magnitudes nunca vistas anteriormente, a educação a distância (EAD) é considerada por muitos autores como uma possibilidade de democratização da educação. Neste contexto, o objetivo deste texto é discutir à luz do pensamento de democracia, educação e emancipação de Theodor Adorno, se esta modalidade educacional realmente representa esta possibilidade.

**Palavras-chave:** Educação a Distância, democratização, emancipação, semiformação.

### **Abstract:**

In Brazil, among the great challenges of today's society is to democratize education, especially with regard to higher education, in a more just and equitable manner. In a constantly changing scenario with technological advances never seen before, the online education is considered by many authors as a possibility of democratization of higher education. In this context, the aim of this paper is to discuss, having the background of the thought of democracy, education and emancipation of Theodor Adorno in the critical theory, if this educational modality really represents this possibility.

**Keywords:** Distance Education, democratization, emancipation, erudition, critical theory.

## 1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época com mudanças exponenciais. Estamos em uma sociedade que possui codinomes como Era da Informação, Era do Conhecimento e Sociedade digital. Uma de suas principais características é o uso desenfreado das Tecnologias de Informação e





Comunicação - TICs<sup>1</sup> como ferramentas que facilitam qualquer natureza de serviço ou apoia qualquer campo de trabalho do homem.

Numa sociedade como esta, onde existe uma busca frenética por interação e comunicação, o uso das TICs, principalmente com o advento do acesso a internet, trouxe mudanças profundas para todas as áreas do conhecimento humano.

Hoje, ter computadores pessoais com acesso à internet, participar de redes sociais digitais, comunicar-se por telefones móveis e etc., são situações destacadas como ferramentas fundamentais para ajudar a formar os cidadãos desta nova sociedade – o cidadão digital. Estes, para que possam usufruir de seus direitos sociais, muitas vezes, devem aprender (ou reaprender) a utilizar tecnologias de informação e comunicação para que tenham plenitude nesses direitos. Não se declara imposto de renda sem internet, não se usa um banco vinte e quatro horas sem que se saiba um mínimo do sistema de informação do banco, não se usa um *bankline*<sup>2</sup> sem que se conheça um pouco de um “programa navegador”<sup>3</sup> de internet e do sistema *on-line*<sup>4</sup> do banco, não se monta um currículo sem saber usar um editor de textos. Estes são exemplos básicos de ações simples de um cidadão comum desta nova sociedade.

Este cenário não poderia ser diferente para a área educacional. Inseriu-se no Brasil a Educação a Distância, baseada em TICs de ponta, em novas metodologias de ensino, permitindo flexibilidade de tempo e espaço e com muitas possibilidades e modelos de acesso a cursos e capacitações. A educação a distância, como será visto neste texto, é relatada por muitos autores como uma das grandes possibilidades de democratização do ensino superior.

O que se pretende discutir com este artigo é justamente analisar esta possibilidade de democratização tendo no fundo o pensamento de Theodor Adorno com relação ao seu pensamento de análise crítica. Obviamente, não será tratado este pensamento à exaustão, mas tão somente para que se tenha uma base para discussão do que se pretende neste artigo. Também como pano de fundo serão trabalhados outros autores que trabalham com o pensamento deste autor ou mesmo a linha de análise crítica da Educação a Distância.

## 1.1. Objetivo

O objetivo deste texto é discutir à luz do pensamento de democracia, educação e emancipação de Theodor Adorno, se a Educação a Distância representa efetivamente uma possibilidade de acesso ao ensino superior. A análise considera, criticamente, se simplesmente permitir o acesso representa um processo de democratização de forma efetiva ou se simplesmente desencadeia um processo de semiformação.

## 1.2. Metodologia

<sup>1</sup> Alguns autores utilizam também o termo TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

<sup>2</sup> Bankline se refere a todo acesso aos serviços bancário realizado via internet ou outras redes de comunicação quaisquer.

<sup>3</sup> Se refere a um tipo de programa utilizado para acessar sites e portais na internet.

<sup>4</sup> Termo utilizado para um programa que está “ligado”, ou seja, funcionando.





Esse artigo é um trabalho descritivo que foi realizado através de pesquisa bibliográfica sobre a Teoria Crítica, principalmente sob a ótica de Theodor Adorno e sobre o acesso ao ensino superior através da Educação a Distância. Após a leitura dos artigos de ambos os temas (EAD e Teoria Crítica) foi realizada uma análise crítica tendo como pano de fundo a argumentação sobre o papel da EAD no processo de democratização do ensino superior no Brasil. A questão chave na discussão desse texto é: a EAD realmente forma o indivíduo para a sociedade ou facilita o acesso ao ensino superior para um processo de semiformação?

## 2. CONTEXTUALIZANDO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Lévy (1999) relata em seu livro *Cibercultura* que a internet passou a suportar tecnologias intelectuais que alteram as funções cognitivas. Faz uma analogia comentando que a memória é representada pelos bancos de dados, sites, portais, etc.; a imaginação é representada pelas possibilidades de simulações; a percepção é representada por sensores, realidade virtual e telepresença; os raciocínios representados pela inteligência artificial e modelização de sistemas complexos.

E complementa que

(...) tornam-se necessárias duas grandes reformas dos sistemas de educação e formação. Primeiro, a adaptação dos dispositivos e do espírito do aprendizado aberto e à distância (AAD) no cotidiano e no ordinário da educação. É verdade que o AAD explora certas técnicas do ensino à distância, inclusive a hipermídia, as redes interativas de comunicação e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura. O essencial, porém, reside num novo estilo de pedagogia que favoreça, ao mesmo tempo, os aprendizados personalizados e o aprendizado cooperativo em rede. Nesse quadro, o docente vê-se chamado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos, em vez de um dispensador direto de conhecimentos. (LÉVY, 1999, p. 2)

É certo que a educação deste início de século, com o advento das tecnologias de informação e comunicação, transformou a relação ensino-aprendizagem e trouxe novos desafios aos educadores. Estes desafios exigem a busca por conhecimentos ligados a este novo cenário, o que implica, necessariamente, na quebra de paradigmas até então dominantes. A maioria do modelo educacional no Brasil ainda funciona no sistema que foi trazido pelos Jesuítas no século XV, ou seja, há mais de meio milênio. A linha deste pensamento não é destacar que o sistema educacional vigente não evoluiu, mas sim colocar que modalidade EAD é algo diferente, novo e que mexe com a zona de conforto de todas as pessoas que foram educadas no modelo tradicional. Neste cenário, a educação a distância é uma das variáveis que representa uma quebra de paradigmas conforme supracitado.

Como conceito de educação a distância, o decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 traz o seguinte texto

modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p.1)





Numa adaptação, Maia e Mattar (2007) descrevem a EAD como uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados e utiliza diversas tecnologias de informação e comunicação.

Independente do conceito ou do que se define ou da afirmação como modelo educacional, a educação a distância surge, segundo diversos autores que serão citados a seguir, como uma possibilidade para democratizar a educação – mais particularmente o ensino superior no Brasil. A EAD pode ser empregada em todo e qualquer tipo de curso e se destacar como um ponto de transição (ou ruptura) entre o modelo educacional tradicional e o modelo de educação baseado em tecnologias de informação e comunicação. O próprio ambiente produzido pela sociedade digital (ou sociedade do conhecimento) é propício para este modelo, uma vez que as tecnologias de informação e comunicação são cada vez mais comuns na vida das pessoas, além de que novas técnicas e novas profissões que vêm surgindo junto com este processo.

A EAD continua a evoluir no Brasil, porém, com as ações regulatórias do MEC, tal evolução não acontece mais de forma espantosa como ocorria em anos anteriores. Pelos dados de 2013 do Censo do INEP/MEC, a EAD responde por 15,8% das matrículas no ensino superior no Brasil, contra 84,2% do ensino presencial. Isso equivale a 1.153.572 matrículas em educação a distância, do total de 7.305.977 de alunos matriculados (Planilhas 1.2 e 7.1 do Censo). Deste total de 1.153.572 alunos de educação a distância, 999.019 estão nas instituições privadas (87%) e 154.553 (13%) estão nas instituições públicas (Planilha 7.6 do Censo). Esses alunos estão matriculados nos 1.258 cursos de EAD ofertados por instituições públicas e privadas pelo Brasil.

No Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, a educação a distância foi mencionada como uma importante estratégia para tentar atingir a meta de levar 30% da faixa etária de 18 a 24 anos para o ensino superior. Independente de resultados, no PNE 2011-2020, o MEC<sup>5</sup> continua apostando em EAD e agora tanto para graduação como para pós-graduação *stricto sensu*. Em ambos os casos utilizando tanto das instituições públicas quanto privadas. (SEGENREICH, 2011)

Esta tendência citada pelo autor, é realmente comprovada no novo PNE (2011-2020) onde está relatado que os cursos a distância que forem bem avaliados passarão a fazer parte do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES (Meta 12); e que ainda haverá expansão das pós-graduações *stricto sensu* utilizando metodologias, recursos e tecnologias da educação a distância (Meta 14), Brasil (2012).

Muitas experiências ligadas à educação a distância vêm sendo realizadas nos últimos anos, seja pelo uso de novas tecnologias, pelo formato dinâmico dos materiais didáticos, pelo tipo de interação empregada ou pelo *mix* de metodologias, tecnologias e atores envolvidos no processo educacional. O resultado deste cenário é um paradoxo na educação. Analisando-se, por exemplo, os resultados do ENADE<sup>6</sup> que é, segundo o próprio Ministério da Educação, o que mede a qualidade dos cursos superiores no Brasil, os resultados para a EAD são animadores, pois em muitos cursos, os alunos desta modalidade educacional ficam à frente dos alunos dos cursos presenciais. Analisando-se a relação privado x público e a questão mercantilista da educação – que existe, teremos cursos com péssima qualidade de

<sup>5</sup> Ministério de Educação e Cultura.

<sup>6</sup> Exame Nacional dos Estudantes. Trata-se de um exame que, segundo o MEC, funciona como indicador da qualidade do ensino superior no Brasil.





ensino, bem como, péssimas estruturas de apoio (material didático, professores, tutores, etc.).

É indiscutível que a EAD conseguiu chegar onde o ensino presencial não chegou e atingiu uma parte da população que até então era somente um sonho ou intenções das políticas públicas, mas será que somente chegar á população mais pobre ou mesmo trazer números expressivos de pessoas é uma resposta para a democratização do ensino superior? Não estaríamos, neste ponto, analisando de forma turva e somente por um viés? É o que discutiremos, pois bem sabemos que este pensamento, neste momento, é paradoxal, pois se temos os defensores de que a EAD representa uma possibilidade positiva de democratização, por outro lado, seria um pensamento primário demais apontá-la como a tábua de salvação para este cenário.

### 3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Desde sua normatização até os dias de hoje, houve muitas tentativas políticas na intenção de utilizar a EAD como uma forma de democratizar o ensino superior, promover a cidadania e facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho. Independente da intenção, fato é que muitos autores defendem que isso já está acontecendo – como veremos a seguir.

A educação a distância diminuiu barreiras que impedem o acesso ao conhecimento e à educação continuada e permanente. (Aquino, 2007, p.1)

Milhares de pessoas em diversas regiões do Brasil, que por motivos diversos, nunca tiveram como fazer um curso superior, encontraram esta oportunidade através da modalidade a distância. Pessoas que gostariam de ser administradores, pedagogos, engenheiros, contadores, cientistas da computação, entre tantas outras profissões, tiveram esta oportunidade através da EAD. Seja pelo fato de não terem uma faculdade perto de sua casa, seja por não conseguir ir a uma sala de aula todos os dias ou por qualquer outro motivo, a educação a distância formou profissionais e tirou sonhos do papel.

Neste momento, o avanço da EAD é proporcional ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, ou seja, ela se adequa também às demandas da sociedade atual que exigem rapidez e flexibilidade (idem, p.2).

Belloni (2003, p. 5) nesta mesma linha de pensamento afirma que a sociedade atual exige pessoas que saibam trabalhar em equipe, adaptar-se a novas situações, organizar suas vidas pessoal e profissional, resolver problemas do dia a dia, adaptar-se rapidamente, ser flexíveis diante de novas tarefas, assumir responsabilidades, aprender por conta própria e trabalhar de modo cooperativo e pouco hierarquizado. Coincidência ou não, todos os itens citados anteriormente são atributos inerentes a alunos de educação a distância.

Aquino (2007) destaca que

(...) a educação a distância se revela, cada vez mais, como uma alternativa de ensino-aprendizagem, que não deve ser considerada como educação supletiva ou sem qualidade em relação à educação convencional, e sim como uma opção moderna, viável e que facilita a re(aproximação) das pessoas com o ensino.” (p. 7)





A educação a distância tem sim um papel fundamental no acesso ao ensino superior, porém, não pode ser vista como a solução mágica para um problema que se arrasta há muito tempo no Brasil. Como ressaltado por Bielschowsky (2011), a EAD pode contribuir para o acesso ao ensino superior, pois tem um forte componente de inclusão social, mas não podemos nos esquecer que devemos nos preocupar com a questão da qualidade.

Um fator que também veio a alavancar o acesso ao ensino superior através da educação a distância foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que envolve um consórcio de inúmeras IES públicas no Brasil.

Conforme Mendes (2011, p.4) relata

a UAB foi criada em 2006 com o propósito de oferecer cursos a distância para expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Assim, desde 2005, o MEC cria definitivamente as condições para uma significativa expansão do ensino superior, por meio das modalidades a distância tanto no setor ensino público quanto no ensino privado. De fato, tais condições foram dadas com o Decreto nº 5.622, sendo a criação da UAB no ano seguinte um dos pilares da efetivação dos dispositivos presentes no documento.

Considerando o modelo UAB, Santos (2011) ressalta que

Considerado como uma modalidade de ensino em crescente expansão, a EAD é vista como uma das possibilidades de promover o desenvolvimento da educação nacional. Com o advento da internet e dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação o ensino a distância torna-se também hoje em dia um meio propício para a democratização do terceiro grau no Brasil. (...) Essas políticas de diversificação de modalidades de ensino no setor público têm propósitos democratizantes (p.1).

E complementando sobre a EAD no setor público, o autor descreve que esse tipo de oferta, ao adotar o discurso da “democratização” do ensino, se constitui como mecanismo importante de legitimação política para os grupos que protagonizam a elaboração dessas políticas na medida em que milhares de pessoas passam a alcançar o ensino superior. (idem, p. 9)

Juntos, setor público e privado, possuem atualmente quase três milhões de alunos pelo Brasil todo (incluindo todos os tipos de cursos e modelos de EAD), mas este número tende a aumentar cada vez mais nos próximos anos. CensoEaD (2011)

Nicolaio e Miguel (2010) complementa o pensamento dos autores até aqui

A EAD, está crescendo de forma significativa, contribuindo na preparação de profissionais qualificados para bem exercer suas funções no seu espaço de atuação. Esta modalidade de ensino consegue abranger lugares precários, onde muitas pessoas têm vontade de aprender e buscam um futuro melhor, por meio de uma formação superior. (...) Para muitos alunos estudar a distância é a única forma de aproximação do conhecimento necessário a uma melhor formação profissional. (p. 5)





É fato, portanto que

(...) a EAD contribui para a democratização do acesso à educação, na medida em que contribui para o acesso à formação profissional de milhões de pessoas que não teriam acesso a uma formação universitária se a EAD não existisse. Embora ainda exista um grande preconceito com relação a EAD, esta modalidade de ensino começa a se tornar popular, atingindo diversas camadas da sociedade. (...) (Silva e Oliveira, 2012, p.12, grifo nosso)

Como destacado até aqui, vários autores defendem que a EAD tem um papel democratizador na educação. Façamos então uma análise crítica desses relatos à luz do pensamento de Theodor Adorno, bem como, de outros autores com análises críticas sobre esta modalidade educacional.

#### 4. ANÁLISE CRÍTICA DA EAD COMO POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Não podemos ignorar tudo que se fala sobre EAD no cenário educacional brasileiro e afirmar que todas as informações positivas descritas anteriormente sejam uma ilusão coletiva, mas todos os pontos levantados anteriormente podem não ter sustentação quando de uma análise mais profunda do que vem a ser a democratização da educação, mais precisamente sobre a educação enquanto formação no ensino superior e as diversas variáveis envolvidas.

Começamos com o aspecto do uso das tecnologias. Não é o fato de se ter na educação a distância o uso das mais evoluídas tecnologias de informação e comunicação que teremos da mesma forma os mais evoluídos conteúdos educacionais voltados para a formação de alunos de graduação. Vejamos um exemplo de algum tempo atrás. Nos anos 60, a Alemanha começou a usar a televisão na formação para adultos. Adorno (1963) em discussão sobre este aspecto se manifestou com as seguintes palavras

(...) “o que é moderno na televisão certamente é a técnica de transmissão, mas se o conteúdo da transmissão é ou não é moderno, se corresponde ou não a uma consciência evoluída, esta é justamente a questão que demanda elaboração crítica.” (p. 77)

Nesta mesma linha de pensamento, existe um questionamento feito por Becker que participou de um debate com Adorno sobre este mesmo tema, onde o mesmo questiona se a barreira à tecnologia seria uma saída para a não interferência da mesma:

(...) “parece ser um perigo que muitos intelectuais e professores alemães não tenham televisão em casa, quando a resistência leva o filho do intelectual ou do





professora assistir à tevê na casa do operário nas proximidades e **submeter-se sem qualquer preparo àquele veículo.**” (p. 77, grifo nosso).

Nesta linha de raciocínio, vertentes interessantes para discussão são o acesso e o preparo das pessoas para atuarem com as tecnologias usadas nos cursos a distância. O Brasil, país com dimensão continental, ainda não tem as TICs espalhadas de forma igualitária por todo seu território. Assim, como falar que posso dar as mesmas condições de acesso à educação superior através da EAD sendo que a base tecnológica para este modelo educacional ainda é escassa, cara e rara em diversos locais do país? Não estamos aqui colocando milhões de pessoas diante de uma relação perversa entre ofertar uma possibilidade e ao mesmo não dar condições a elas? Ou seja, mostramos uma oportunidade de acesso a educação e, ao mesmo tempo, não enxergamos que esta oportunidade, por exigência de tecnologias básicas, acaba não se tornando uma real possibilidade para muitos. Da mesma forma, ter acesso a tecnologia, não significa estar preparado para ela.

A EAD é um modelo educacional em fase de maturação e compatível com as mudanças da sociedade atual. Mudanças são constantes e necessárias – até mesmo como ativador de nosso processo crítico. Mudanças nos processos educacionais já eram estudadas no século XVII, como afirma Barreto (2012) citando Comenius (2006, p. 203) que assevera ‘quem não sabe, porém, que mesmo as coisas longas podem ser abreviadas e as trabalhosas, resumidas?’

Barreto (2012, p. 52) complementa que

(...) é preciso sublinhar que a feição atual do modo de produção capitalista, não determinada, mas sem dúvida favorecida pela utilização maciça das TIC nos termos da lógica do mercado, sobretudo o financeiro, imprime um ritmo frenético à circulação de informações e ao seu uso competitivo. Sob a máxima ‘tempo real e espaço virtual’, têm sido profundamente alteradas as relações dos sujeitos com o conhecimento, a cultura, as práticas sociais etc.(...)

Aqui alinhamos mais questionamentos sobre “essas profundas alterações nas relações dos sujeitos com o conhecimento, a cultura, as práticas sociais”. Quão profundas são essas alterações para o sujeito que atua na modalidade EAD? E quão preparados estão os atores envolvidos neste processo? E aqui não estamos somente falando do aluno de EAD, mas também dos professores, tutores, coordenadores de curso e todos os outros que participam de uma equipe em uma instituição que oferte cursos a distância.

Notadamente vimos também que os autores que defendem o aspecto da democratização da educação pela EAD, destacam claramente situações ligadas ao “acesso” a educação superior, a “quantidade de alunos atendidos” e à formação para o “mercado”, mas o processo de democratização não está atrelado somente a oportunidades de estudo ou simplesmente de preparação para enfrentar uma carreira profissional.

Possibilitar simplesmente o acesso à educação não é, necessariamente, formar um cidadão consciente e emancipado. Tampouco é um processo de democracia.

A democracia tem significação moral e ideal, é porque se exige de todos uma retribuição social e porque se proporciona, a todos, oportunidade para o desenvolvimento das suas aptidões distintas. A separação dos dois objetivos da educação é fatal para a democracia. Decorre daí o valor da educação, pois é por meio dela que se pode proporcionar







a todos a possibilidade de se aquinhoarem de todos os benefícios da sociedade e desenvolverem suas aptidões individuais. Para Dewey, a educação deve propiciar um ambiente favorável para que cada indivíduo tenha a possibilidade de desenvolver sua natureza potencialmente social. (Dewey, 1936, p. 132)

Para que se alcance esta sociedade mais justa, mais humana e democrática, Dewey ressalta que a base é a educação e seu termo norteador deve ser dado pela função educacional, ou seja, uma das principais funções da educação é a de igualar as oportunidades para todos independente de classe social.

Já Adorno assevera que

(...) a democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos. Ela é apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia; ela não é apreendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. Ela é avaliada conforme o sucesso ou o insucesso, de que participam também os interesses individuais, mas não como sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral; e, de fato, a delegação parlamentar da vontade popular torna esta muitas vezes uma questão difícil nos modernos Estados de massa. (p. 34)

Malanchen (2007, p. 15) descreve criticamente a visão de que a EaD seja uma forma de democratização do ensino e cita que “é preciso, portanto, muita atenção, para não cair no canto da sereia existente no discurso da democratização da educação pela EAD”.

E assevera

a única democracia possível numa sociedade capitalista é uma democracia burguesa que possibilita a igualdade jurídica e política, mas não a material. Desta forma, concluímos que o discurso da democratização de acesso à educação pela EAD, além de criar uma ilusão de que todos, por meio dela, podem melhorar suas vidas, carrega outra intenção: a de formar mão-de-obra especializada para a nova fase de acumulação do capital que exige trabalhadores capacitados tecnicamente, criativos, eficientes e adaptáveis. Em outros termos, a educação passa a ser vista como um instrumento para o desenvolvimento econômico, para o ajustamento dos indivíduos ao chamado mercado de trabalho, deixando-se em segundo plano a questão da educação como instrumento de emancipação humana, de participação, de interferências nas questões políticas, de expressão de pontos de vista sobre o modo de condução da coisa pública. (p.209)

Malanchen (2007, p. 211) sustenta que

o discurso na democratização do acesso à educação através da EAD, além de ser um pensamento ilusório de que todos, por meio dela, podem melhorar suas vidas, carrega outra intenção: a de formar mão-de-obra especializada para a nova fase de acumulação do capital que exige trabalhadores capacitados tecnicamente, criativos, eficientes e adaptáveis.





Corroborando este pensamento, podemos nos aprofundar mais ainda e nos questionar se esta formação é eficiente ou deficiente? De que formação estamos falando? Formação ou semiformação? Aqui criamos uma ligação com o pensamento de “semiformação” levantado por Adorno.

Bandeira (s/d) citando Adorno afirma que

A semiformação constitui o resultado de um processo sistemático de dominação da formação cultural pelos mecanismos político-econômicos dominantes. (...) Quando a produção simbólica, própria do processo da cultura, se distancia do genuíno saber popular e aproxima-se dos interesses do mercado, convertida em mercadoria pela Indústria Cultural, encontra-se as bases para consolidação do que, para Adorno, constitui o processo de semiformação (*Halbbildung*). (p. 1). A semiformação, ao contrário do ideal da Formação, que pretende ser um processo de emancipação dos indivíduos, enquanto sujeitos da práxis social, produz a acomodação destes sujeitos ao *status quo*. Através de um narcisismo coletivo, compensa a consciência das pessoas de sua impotência social: Não importa ser, importa simplesmente parecer ser(...) (p. 09)

Adorno (1995) diz que a integração predomina sobre a autonomia. Se queremos lutar pela formação, temos que lutar para resgatar a autonomia, que está sufocada, pois a cada dia mais prevalece a falta de autonomia.

Bandeira (s/d) citando Adorno, complementa

Se atualmente, na prática educacional privilegia-se o acúmulo do maior número de informações no menor espaço de tempo, a quantidade em detrimento da qualidade, consubstanciando o processo de disseminação da semicultura, é necessário, mais que nunca, que faça sua autocrítica, surgida de sua configuração histórica, para a compreensão dos fatores que produziram este processo, buscando postular a partir de si sua transformação. ‘A única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a auto reflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu’. (p. 10)

Para Adorno (1995), o travamento da experiência deve-se a repressão do diferenciado em prol da uniformização da sociedade administrada, e a repressão do processo em prol do resultado, falsamente independente, isolado. "A semiformação é o espírito tomado pelo caráter de fetiche da mercadoria". (p. 25)

Assim, analisemos também o viés da própria educação vista como mercadoria. Oliveira (2009) menciona que a educação se transformou em “mercadoria”, algo destinado ao mercado. Nesta linha de raciocínio, o trabalho docente se transformou em “insumo” e virou algo “prescrito”. Isso afasta cada vez mais a ideia de que o professor realmente “educa”, pois isso implica em algo pré-formatado no dia-a-dia da escola. Troca de experiência e saberes, sinergia, respeito ao ritmo de uma turma, entre tantas outras coisas, ficam a desejar em um sistema prescrito. Tudo isso favorece uma padronização. Assim, o professor deixa de enriquecer sua aula e passa a seguir um padrão pré-estabelecido. A educação cada vez mais caminha para um modelo de “caixinhas padronizadas”.

Isso pode ser notado, por exemplo, em escolas em que os professores devem seguir à risca o que está determinado em livros ou apostilas sistematicamente detalhadas sobre “como a aula deve ser lecionada” – isso é comum na EAD. Sistemas assim podem limitar a





criatividade ao mesmo tempo que deixam outros na zona de conforto com a sensação de que o que é necessário já está pronto pra ser aplicado. Diante deste cenário é notória a transformação da educação em “mercadoria”.

E quando falamos em formação a distância para atender o que o mercado quer, estamos também colocando a EAD puramente como mercadoria. Assim temos uma mercadoria para atender a um mercado “consumidor” de serviços educacionais. Como falar de democracia da educação e em emancipação se aqui estamos diante de um “produto” acabado, rígido, padronizado e pronto para consumo de indivíduos que também só querem se inserir no mercado? O mercado dita as regras, o indivíduo segue. Não estamos diante de um processo de democracia; não pela educação. Estamos aqui diante de uma relação de mercado, ou seja, demanda *versus* procura.

Nesta visão, se estamos diante de um modelo educacional em formato de produto, que não forma o sujeito para sua emancipação e sim para o mercado, estamos diante de um modelo educacional antidemocrático. É como nos atesta Adorno

Numa democracia, quem defende ideais contrários a emancipação, e, portanto, contrários a decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas-reacionárias. Elas apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor não só exteriormente pela política, mas também em outros planos muito mais profundos. (p. 141)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todos os autores destacados neste texto, o pensamento final que cabe a este autor, é o de que a EAD está longe de se tornar um modelo para a democratização do ensino superior. É imaturo demais argumentar que esta é uma realidade já que o conceito de democracia é muito mais do que permitir possibilidades de formação; é formar e não “semiformar”.

Temos ainda o aspecto ligado a formação para o mercado, onde, numa análise rasa, vemos que também a EAD é preparada em formato padronizado para atender demandas mercantis diante de cenários que o mercado “exige”.

Portanto, para que a EAD se torne uma possibilidade de democratização da educação é necessário que se passe a formar sujeitos críticos de seu papel na sociedade, que se formem não pelo mercado e para o mercado, mas que sejam reflexivos e realmente emancipados para agir enquanto cidadãos transformadores do seu meio social.





## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Rosemary. **Educação a distância: facilitadora do acesso à formação profissional**. Revista Augustus. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <[http://www.unisuam.edu.br/augustus/pdf/ed24/rev\\_augustus\\_TC\\_ed\\_24\\_04.pdf](http://www.unisuam.edu.br/augustus/pdf/ed24/rev_augustus_TC_ed_24_04.pdf). > Acessado em 03 de dezembro de 2012.

BANDEIRA, Belkis Souza. **Formação cultural e educação: Adorno e a semiformação**. Disponível em <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/035e4.pdf>. Acessado em 10 de dezembro de 2012.

BARRETO, Raquel Goulart. **A educação a distância no discurso da “democratização”**. Texto baseado em pesquisas com financiamentos do cnpq e da FAPERJ. Disponível em [http://www.utp.br/Cadernos\\_de\\_Pesquisa/pdfs/cad\\_pesq13/4\\_a\\_educacao\\_cp13.pdf](http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq13/4_a_educacao_cp13.pdf). p. 43-55. Acessado em 03 de dezembro de 2012.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BIELSCHOWSKY, Carlos. **O papel da Educação a Distância na democratização do ensino superior**. Oficina de trabalho – Fórum de pró-reitores de graduação das universidades brasileiras – região sudeste. Rio de Janeiro, Dezembro de 2011. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Disponível em <[http://www.forgrad.com.br/documentos/apresentacoes/apresentacao\\_oficina\\_regional\\_2011\\_regiao\\_sudeste\\_1.pdf](http://www.forgrad.com.br/documentos/apresentacoes/apresentacao_oficina_regional_2011_regiao_sudeste_1.pdf).> Acessado em 10 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Decreto No. 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Conselho Nacional de Educação. Documento final. Brasília, DF, 2012. Disponível em <[HTTP://conae.mec.gov.br](http://conae.mec.gov.br).> Acesso em 10 de dezembro 2012.>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resultados Censo 2013**. Disponível em Disponível em [http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8). 2014. Acessado em 23 de outubro de 2015.

CENSOEAD.BR - ABED. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2011.





DEWEY, John. **Democracia e Educação**: breve tratado de filosofia da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

LÉVY, Pierre. **Educação e Cybercultura**. 1999. Disponível em <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/29.rtf>> Acessado em 03 de dezembro de 2012.

MAIA, Carmem, MATTAR, João. **ABC da EAD – a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MALANCHEN, Julia. **Políticas de Educação a Distância: Democratização ou Canto da Sereia?** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.26, p.209 –216, jun. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em [http://gepeto.ced.ufsc.br/downloads/Produo%20Acadmica/Artigos/julia\\_politica.pdf](http://gepeto.ced.ufsc.br/downloads/Produo%20Acadmica/Artigos/julia_politica.pdf). Acessado em 11 de dezembro de 2012.

MENDES, Valdelaine. **A expansão do ensino a distância no Brasil: democratização do acesso?** Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0526.pdf>.> Acessado em 10 de dezembro de 2012.

NICOLAIO, Kelly; MIGUEL, Luciana. **A democratização do ensino por meio da educação a distância**. Revista Intersaberes. Ano 5, n. 9, p. 68-91, jan/jun 2010. Curitiba. Disponível em <http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/184>.> Acessado em 03 de dezembro de 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil**. In Educação e Sociedade Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

SANTOS, Fabiano Cunha dos. **UAB como política de democratização do ensino superior via EAD**. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0184.pdf>.> Acessado em 11 de dezembro de 2012.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **Desafios da Educação a Distância ao sistema de educação superior: o triplo papel da avaliação**. 2006. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2012--Int.pdf>> Acessado em 03 de dezembro de 2012.

